

Mulheres quilombolas em busca de Educação Superior no Pará: luta por direitos e a vivência de jovens negras na Ufpa.

Daisy Feio da Cunha





Apresentada à Faculdade de
Comunicação da Universidade Federal do
Pará, como parte do requisito para a
conclusão do curso de Comunicação
Social - Jornalismo.

Diagramação - Caroline Nogueira

2021

“A gente já cresce pensando em fazer a prova dos quilombolas, porque tá em auge pra lá, em nosso município e é a única oportunidade que nós têm de sair de lá pra vir fazer o nível superior. Não tem outro caminho, quem quiser seguir na educação, investir na sua educação, o único caminho é esse”. A fala de Flaviana Couto, jovem de 22 anos, natural do quilombo Rio Médio Itacuruçá, em Abaetetuba (PA), retrata a realidade de diversas mulheres quilombolas amazônicas e brasileiras que sonham em ingressar no Ensino Superior, estudar e entrar no mercado de trabalho formal.

Sonho esse que foi negado a maior parte de sua família e das pessoas do seu quilombo. Somente 7,7% dos jovens moradores de áreas rurais do Brasil, com idade entre 18 a 24 anos estão na Educação Superior, enquanto 23,7% dos jovens da área urbana entre a mesma idade frequentam o Ensino Superior, segundo o Anuário Brasileiro de Educação Básica 2020.

Além da precariedade ou inexistência da Educação Básica e Superior nas áreas rurais brasileiras onde estão localizados a maioria dos quilombos, as desigualdades racial e de gênero, heranças da colonização e do sistema escravista brasileiro, dificultam ainda mais o acesso de mulheres negras à educação. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Educação (PNAD) 2019, o analfabetismo entre pessoas pretas e pardas, na faixa etária de 60 anos ou mais era de 27,1% em 2019, enquanto que de pessoas brancas na mesma idade era de 9,5%. Além da discrepância do analfabetismo entre brancos e negros, dados do mesmo período revelam que 6,3% das mulheres com 15 anos ou mais de idade não sabem ler e escrever. A pesquisa não expõe o percentual de mulheres negras analfabetas no Brasil.

Marilda Pinheiro, tem 25 anos, é uma jovem tímida e de olhar marcante. Foi du-

rante a segunda entrevista que ela contou sorrindo como se sentia sendo a primeira da família a cursar o Ensino Superior, “sinto orgulho de mim mesma, eu passei por tanta coisa pra mim sair do ensino médio, do fundamental, pra conseguir chegar até aqui, então pra mim é um orgulho. A gente tem que ter orgulho de ser uma pessoa inteligente, que busca o que quer. Eu tenho orgulho, porque eu tô buscando o que eu quero, porque eu tô aqui dentro lutando por isso”. A universitária é quilombola, de origem ribeirinha e assim como Flaviana migrou do interior de Abaetetuba (PA) para a capital do estado, Belém, com objetivo de cursar o Ensino Superior na Universidade Federal do Pará. As jovens são naturais da comunidade quilombola do Rio Médio Itacuruçá, também conhecida como Igarapé São João, localizada nas ilhas de Abaetetuba (PA).

“Sinto orgulho de mim mesma, eu passei por tanta coisa pra mim sair do ensino médio, do fundamental, pra conseguir chegar até aqui, então pra mim é um orgulho. A gente tem que ter orgulho de ser uma pessoa inteligente, que busca o que quer. Eu tenho orgulho, porque eu tô buscando o que eu quero, porque eu tô aqui dentro lutando por isso”.

Como se pode ver na ilustração abaixo, as estudantes percorrem uma distância de 139 quilômetros da localidade do Médio Itacuruçá até Belém, onde está localizado o campus Guamá da UFPA. No percurso elas levam em média 1 hora e 30 minutos de barco até a sede da cidade de Abaetetuba e de lá viajam 1 hora de ônibus até a comunidade do Arapari em Barcarena, depois são mais cerca de 1h de barco até chegar em Belém.

Flaviana também é a primeira de sua família a estudar em uma Universidade. Ela menciona os desafios de cursar a graduação, “os meus irmãos são mais velhos do que eu, nem um deles conseguiram fazer o nível superior, só eu que tô conseguindo fazer. Na verdade, é muito difícil vir pra cá, porque a gente tem que deixar a família da gente, o nosso aconchego e vir pra cá sem saber por onde, sem saber como é, sem saber se vai dar certo, se não vai”, relata a jovem. As Instituições Públicas de Ensino Superior brasileiras obtiveram uma maior diversidade étnica no quadro de alunos depois da implantação de políticas afirmativas a nível nacional e local. Como as cotas raciais nos vestibulares e também, no caso da Universidade Federal do Pará, a

implantação do Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas. Desde 2012, ano em que a reserva de vagas por acréscimo para quilombolas foi implantada por meio do PSE - Quilombola, cerca de 2.150 alunos do grupo étnico ingressaram na Universidade.

As políticas de ações afirmativas são mecanismos públicos ou privados de caráter temporário e reparador, aplicadas em diversas esferas da sociedade. O objetivo das ações afirmativas é oportunizar o acesso à educação, saúde, emprego, entre outros, aos diversos grupos sociais excluídos e marginalizados, como: mulheres, negros, populações tradicionais, pessoas com deficiência e outros.

Na Universidade Federal do Pará a implantação destas ações ocorreu graças a reivindicações dos movimentos negros, dos movimentos sociais quilombolas e do apoio de outras organizações. Entre os grupos destaca-se o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), a organização esteve à frente da implantação do sistema de cotas raciais no Processo Seletivo Seriado (PSS) e do acréscimo de vagas nos cursos para alunos quilombolas.



O CEDENPA é uma das principais organizações civis paraenses de luta pelos direitos das pessoas negras. Fundado em 1980 e legalizado em 1982, tem como uma das cofundadoras a ativista e Professora Emérita Zélia Amador Deus. O centro foi protagonista de diversas conquistas da população negra paraense. Entre elas, podem ser citadas: a inclusão do artigo nº336/1989 na Legislação Estadual, em que o estado se compromete com a Justiça Compensatória, e a inclusão do artigo nº332/1989 na Constituição Estadual, onde cabe ao estado paraense também titular os territórios quilombolas locais. Por conta da criação deste artigo de lei, o estado do Pará se tornou pioneiro em titulação de terras quilombolas.

Nos 40 anos de existência, o CEDENPA, além de trabalhar para a construção da autoestima e empoderamento de pessoas negras, lutou em defesa dos direitos desta população alcançando vitórias significativas no âmbito legislativo e principalmente no campo educacional. Foi no ano de 2012, um pouco antes da política de cotas raciais/renda serem implementadas na Universidade Federal do Pará, depois de muita pressão social, que o centro unido com o Sindicato dos Pedagogos do Estado do Pará (SINPEP), o Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM - UFPA) e

a Ordem dos Advogados do Brasil - seção Pará (OAB - PA) interviu novamente junto à UFPA, reivindicando o acréscimo de duas vagas para mulheres quilombolas e duas vagas para homens quilombolas em cada curso ofertado pela instituição, nesta época a UFPA já adotava cotas para indígenas.

No mesmo ano a reitoria da Universidade aprovou a resolução nº4.309/2012 que determina o acréscimo de até duas vagas por curso para alunos quilombolas. Em 2012 ocorreu o primeiro Processo Seletivo Especial para Quilombolas (PSE - Quilombola), foram ofertadas 114 vagas para os candidatos, distribuídas entre os campi de Belém, Abaetetuba e Altamira. O ingresso dos estudantes aprovados ocorreu no ano posterior, 2013.

Foi por meio do PSE - Quilombola que Flaviana, Marilda e mais 1.339 mulheres quilombolas ingressaram na UFPA, desde que a política entrou em vigência na instituição. No entanto, depois de adentrar a Universidade essas mulheres encontram outros desafios pela frente, como permanecer no curso, acompanhar as aulas, lidar com a saudade da família, conseguir se adaptar em outra cidade, enfrentar o racismo institucional, xenofobia e machismo.



DA EDUCAÇÃO RURAL À UNIVERSIDADE PÚBLICA

Flaviana Couto

“A minha família é pobre, não tem recursos. Nós fomos criados pelos nossos avós que já faleceram. O nosso pai nos deixou. Eu tenho dois irmãos, comigo somos três. E a minha mãe que nos criava. Eles trabalhavam na roça, eram lavradores, nós também trabalhávamos na roça. Eles que nos criaram”.

Flaviana é uma mulher determinada e valente, casada e mãe de uma criança de três anos, ela entrou na instituição em 2018 e atualmente está no quarto semestre do curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagem na UFPA - Campus Guamá, em Belém. A estudante conta saudosa como é a vida no interior, no quilombo onde cresceu, “lá a gente toma banho no rio, a gente brinca, lá não tem toda aquela preocupação que tem na cidade, não tem toda aquela agonia que a gente vive aqui, toda aquela pressa. É uma vida calma, uma vida relaxosa.”

Durante entrevista realizada no final de 2019, além de comentar sobre sua vida em Abaetetuba, ao lembrar o passado Flaviana conta sobre o desejo que sempre possuiu de investir nos estudos, “desde muito cedo a gente quer mudar de vida, porque lá é muito difícil, lá ou tu apanha açai ou tu vai pra olaria fazer telha. Então, desde criança eu queria ajudar minha mãe, queria ajudar meus irmãos, queria ajudar meus avós e eu já cresci com isso dentro de mim e quando eu tive a oportunidade eu não pensei duas vezes, mesmo que as dificuldades aparecessem”, relata a universitária.



Marilda Pinheiro

Marilda entrou na UFPA em 2018 e atualmente cursa o quarto semestre de Administração. Aluna esforçada, estudou um semestre na instituição enquanto estava grávida, um pouco antes do início da Pandemia da COVID-19. A jovem é casada e mãe de uma menina de um ano. Durante o tempo que cursa Administração, mora no Bairro do Curuçambá, em Ananindeua (Região Metropolitana de Belém) junto com marido e filha.

Marilda fala com afeto sobre sua família que reside na comunidade quilombola do Rio Médio Itacuruçá, “a minha mãe é aposentada, o meu pai trabalha em olaria, mas não trabalha direto assim, ele já não consegue muito, porque vai ficando idoso, não pode ficar trabalhando muito. [...] Tenho irmãos mais velhos, eles são casados, só uma que é adotiva, que é solteira, que tá morando ainda com meus pais.”

Antes de migrarem para Belém, as jovens Flaviana e Marilda moravam integralmente no quilombo do Rio Médio Itacuruçá, no qual cresceram e criaram seus laços afetivos mais fortes na convivência com a família e amigos.

A trajetória educacional das estudantes também teve início nas ilhas de Abaetetuba, onde cursaram o Ensino Fundamental e Médio. É lá, dentro do quilombo, que as primeiras falhas na educação são sentidas.

A carência estrutural dos quilombos, ausência de escolas e oportunidades de emprego está diretamente relacionada às questões de regularização das terras, direito assegurado pelo art. 68 da Constituição Federal de 1988 e função dos governos Federal e estaduais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existem cerca de 5.972 localidades quilombolas espalhadas por todo território nacional. Localizados em áreas rurais, afastadas dos centros urbanos, a maior parte dos quilombos brasileiros possui uma estrutura educacional precária, ausência de escolas, número reduzido de professores entre outros fatores.



Dentro do Plano Nacional de Educação (PNE) do Governo Federal, através do qual foram instituídas metas para o desenvolvimento da educação brasileira no período de 2014 a 2020, existem objetivos ligados ao avanço da educação no campo, os quais contemplam tanto indígenas quanto quilombolas. Segundo o plano, uma das finalidades é a superação das desigualdades que pode ser alcançada por meio do acesso à escola, aumento da escolaridade, material pedagógico que contemple a vivência dos grupos étnicos e da população do campo, entre outros.

No entanto, dados presentes no Anuário Brasileiro de Educação Básica 2020, mostram que o país possui um total de

2.554 escolas em áreas remanescentes de quilombos, apenas 323 destas escolas dispõem de material pedagógico específico para a educação das relações étnico-raciais. O material pedagógico específico proporciona um melhor rendimento escolar para os alunos, pois tem como referência os elementos presentes na vida do grupo.

Até outubro de 2020 a Fundação Cultural Palmares (FCP) certificou 3.456 comunidades quilombolas no Brasil, a maior parte destas ainda aguarda a titulação. No Pará foram 264 comunidades quilombolas certificadas pela FCP, são 206 certidões emitidas pelo órgão no estado, segundo a portaria nº171/2020 publicada no Diário Ofi-

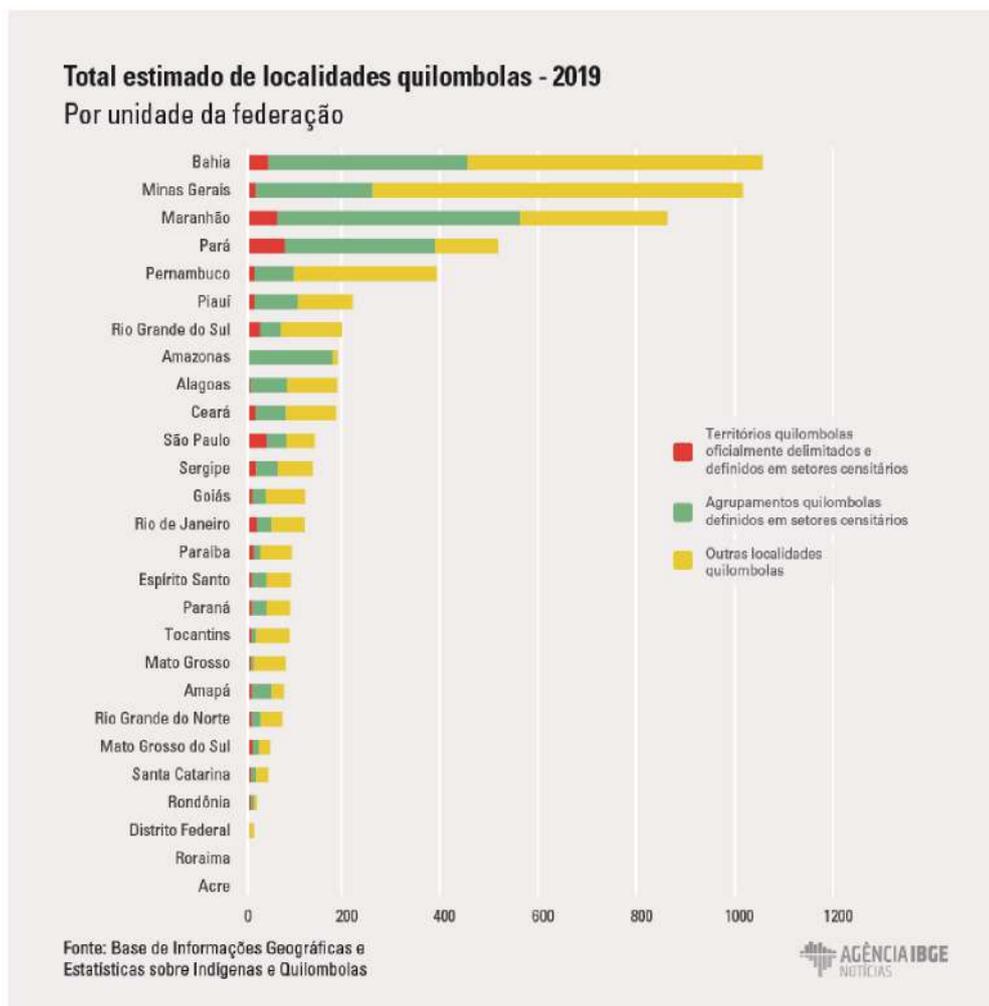


Gráfico com o número de quilombos espalhados pelo Brasil- Fonte: Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre Indígenas e Quilombolas.

cial da União. Na prática, a certificação representa o reconhecimento a partir do Estado de que determinada comunidade possui identidade quilombola e também garante que a comunidade possa acessar políticas públicas voltadas ao grupo étnico. Isaías Rodrigues, coordenador da Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), explica que o processo para a certificação de terras é simples. Para isso a comunidade “precisa se identificar como comunidade quilombola, fazer uma assembleia e redigir uma ata se auto definindo, encaminhar isso pra Fundação Cultural Palmares, onde ela que vai emitir a certificação”, diz ele.

Depois de certificada, a terra pode entrar em processo de titulação, realizado pelo Governo Federal por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou por órgãos estaduais, como o Instituto de Terras do Pará (ITERPA). A terra titulada passa a ser posse coletiva das famílias quilombolas, ou seja, na prática a titulação significa o direito assegurado da propriedade das famílias sobre a terra.

O título é emitido depois que profissionais realizam diversos levantamentos no território quilombola, análises topográficas, antropológicas, levantamento do número de famílias e etc. Segundo Isaías, “a titulação requer um recurso bastante expressivo, porque são vários tipos de profissionais que têm que ir pra aquela área, nem sempre o território é pequeno, têm comunidades grandes, então envolve um determinado tempo. Mesmo parte dos técnicos sendo servidor público, mesmo assim, demora e eleva o custo”.

Isaías denuncia que a quantidade de profissionais e a verba destinada ao processo são insuficientes frente à demanda de titulação e reitera que a emissão de título sempre foi demorada, mas no atual Governo Brasileiro “não tem nem uma política, não tem realmente uma vontade de titular, com certeza, no mínimo pra se titular uma área no Brasil hoje vai levar em torno

“Não tem nem uma política, não tem realmente uma vontade de titular, com certeza, no mínimo pra se titular uma área no Brasil hoje vai levar em torno de uns 10 a 15 anos”.

de uns 10 a 15 anos”. Os cortes no orçamento do Incra ocorrem desde os governos anteriores, a verba destinada à titulação de terras quilombolas caiu 97% entre 2010 e 2018, chegando a menos de 1 milhão de reais. Segundo o Projeto de Lei Orçamentária 2021 do governo Bolsonaro, o corte de verbas destinado à reforma agrária é gigantesco, apesar do orçamento do Incra para 2021 representar 3,4 bilhões de reais, a distribuição da verba dentro das atividades realizadas pelo órgão é desigual e prejudica as ações voltadas à população do campo. O valor destinado à aquisição de novas terras sofreu corte de 94,6% chegando a R\$668 mil reais, a verba para o reconhecimento e indenização de territórios quilombolas foi reduzida a 12% em relação ao ano anterior, chegando a apenas R\$329.865 reais.

Desde 1988 o Brasil tituló apenas 160 territórios, são 303 comunidades contempladas até 2019, segundo dados do Incra. Em 2019 foram tituladas apenas 2 comunidades e em 2020 nem uma comunidade recebeu o título. O Pará é o estado com mais quilombolas tituladas no Brasil, são 65 títulos emitidos e 61 territórios titulados, em

cada território podem estar localizados mais de um quilombo, muitas vezes é emitido um título que contempla mais de uma comunidade. Para Isaías que pertence a comunidade Alto Itacuruçá, em Abaetetuba, a titulação é uma grande conquista, porque “ela traz pra dentro das comunidades um conforto, no sentido de que você consegue ver que realmente aquelas terras agora tem proprietário - as famílias das comunidades quilombolas - agora elas passam ter realmente dono, dá o direito à essas famílias”.

Uma das principais funções da titulação, além de assegurar a posse coletiva da terra às famílias quilombolas e protegê-las das ameaças de grandes latifundiários, empresas multinacionais e do agronegócio, é colocar o território e seus habitantes na agenda pública. Para que assim, tanto estados quanto Governo Federal promovam melhorias no local, como construção de escolas, postos de saúde e outros. Por isso, os quilombos não titulados pelos órgãos competentes não acessam políticas específicas para as comunidades e apresentam uma estrutura precária.

Em Abaetetuba há 3 territórios titulados: Ilhas, Samaúma e Ramal do Piratuba, um total de 11 comunidades e 995 famílias contempladas. Uma dessas comunidades é o Rio Médio Itacuruçá, que está localizada no território das ilhas, onde existem duas escolas, são elas: a Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Raimundo Bandeira e a Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Professor Manoel Pedro Ferreira.

Marilda estudou o Ensino Fundamental e Médio nas escolas presentes na sua comunidade e em uma escola localizada na comunidade vizinha, Alto Itacuruçá. Tanto ela quanto Flaviana afirmam que a educação oferecida dentro da comunidade é falha, são poucos professores, os alunos são passados de série sem mesmo estudar, “eu penso muito na educação de lá, porque a educação de lá, das nossas

crianças é muito precária, as crianças não aprende o que elas têm que aprender, aí quando elas venham pra cá (Universidade) sentem mais dificuldades ainda, como eu senti”, relata Flaviana.

A doutora em Antropologia, pesquisadora e docente da UFPA - campus Abaetetuba, Eliana Teles, também expõe a questão da educação básica de seus alunos quilombolas, segundo ela a deficiência na educação rural paraense é nítida, “como professora, às vezes eu observo por exemplo a dificuldade em acompanhar outras turmas, mas isso não é só com os quilombolas, porque isso está associado com a uma carência, descompasso e assimetria na educação básica. Muitos desses estudantes que ingressam por esse sistema de processo seletivo especial vêm de um ensino médio e fundamental que é cursado de forma muito precária”.

Ela explica que em certas ilhas dos municípios paraenses existe o transporte escolar, o chamado barqueiro, mas muitas vezes o pagamento deste profissional está irregular e os alunos precisam ir para escola por conta própria, “mesmo que tenha o transporte, quando ele chega no porto os alunos têm que andar uma trilha pela lama, pela água, pela chuva no inverno. Eles enfrentam tudo isso até que eles chegam no local onde estudam. Muitas vezes esse local é um prédio que não tem uma infraestrutura adequada, são barracões de centro comunitário, salas de aula - que eu já tive oportunidade de ver - separadas por compensado”, reitera a profissional.

Marilda e Flaviana vivenciaram uma realidade educacional delicada, mas apesar desses obstáculos as jovens tiveram acesso à escola dentro do quilombo. Em diversos municípios paraenses como Abaetetuba, parte dos estudantes quilombolas precisam se locomover até a sede das cidades diariamente ou passam a residir em área urbana para conseguir concluir o Ensino Básico, já que em seus

quilombos não existem escolas ou uma educação regular. A professora Eliana exemplifica a questão ao falar que em Abaetetuba grande parte dos estudantes de escolas localizadas em bairros não centrais como EEEFM Cristo Trabalhador e EEEFM Prof. Benvinda de Araújo Pontes, são oriundos das áreas rurais do município. Mesmo frente a todos os obstáculos, "esses alunos tentam de qualquer jeito chegar na escola, cumprir o horário e voltar", afirma Eliane.

"O preconceito não era implícito, ele era bem explícito mesmo, tanto de alguns colegas quanto dos professores"

OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA

Com uma base escolar pouco sólida, essas mulheres encontram diversas barreiras de aprendizagem e adaptação ao chegarem na Universidade. Segundo Flaviana, existe uma contradição quando o assunto é acesso à Educação Superior pública para os quilombolas, "quando eu vim pra cá eu senti muita dificuldade, os professores passavam pra gente fazer slide, fichamento, resumo, e eu não tinha esse contato com computador. [...] Da mesma forma que a gente se sente incluída, a gente se sente excluída por não ter esse acesso, porque a Universidade não dá esse acesso pra gente, de nos dar cursos, nos dar preparações pra gente poder chegar aqui, seria um pouquinho mais fácil."

Flaviana ainda expõe a falta de apoio dentro da Universidade, "é a gente abrir os olhos e ver a situação do mundo, os negros sempre foram ridicularizados na sociedade, aí a gente vêm pra uma Universidade tentar ser incluído, quando a gente chega a gente é excluído, porque não tem um apoio."

[...] Da mesma forma que a gente se sente incluída, a gente se sente excluída por não ter esse acesso, porque a Universidade não dá esse acesso pra gente, de nos dar cursos, nos dar preparações pra gente poder chegar aqui, seria um pouquinho mais fácil".

Sim, dão a bolsa, e aí? A gente vai ter que pagar um outro curso fora daqui pra poder aprender? Porque é isso que eu tô fazendo. Pra mim conhecer mais informática eu tô tendo que dividir a minha bolsa pra pagar outro curso, porque aqui eles dão o básico do básico". A aluna acredita ser injusto o que ocorre na Instituição, uma vez que os professores cobram tabelas, textos dentro das regras da ABNT, mas esses conhecimentos não são ensinados aos alunos quilombolas, "sei que pra muitas pessoas isso não é difícil, mas pra nós que não tivemos acesso fica muito complicado".

O vice-reitor da UFPA, professor Gilmar Pereira explica que a Universidade vem fazendo um grande esforço em relação à inclusão, e que os desafios são grandes, porque "a própria sociedade tem um nível de preconceito que na Universidade não é superado". Durante entrevista realizada em janeiro de 2021 o vice-reitor destaca que "para além das atividades de acompanhamento, a minha esperança é

que a gente construa um comportamento de sensibilidade dos nossos colegas professores, para entender esse grau de limitação". Ele concorda com Flaviana no sentido de que os profissionais da Universidade devem compreender a diversidade da vivência dos estudantes e ter mais sensibilidade durante as aulas, mas até então, não existe nem um projeto voltado à essa conscientização dos docentes na Instituição.

As demandas de permanência das estudantes são múltiplas e se mostram mais fortes no começo da Universidade. Marilda relata como foi esse início do processo de migração para Belém e a experiência dentro da Instituição, "eu me senti um animalzinho no meio de um monte de animais diferentes. Um diferente de todos, os outros eram todos iguais e eu diferente (rindo). Só que depois eu me enturmei, porque tinha outra menina quilombola e um indígena na turma, aí a gente formou nossa equipe". Além de estranhar o ambiente acadêmico no início do curso, ela fala sobre o quanto é difícil estar longe da família e das dificuldades financeiras, "antes da gente receber a bolsa permanência, a gente passa por dificuldades, a gente passa bem apertado mesmo".

Flaviana da mesma forma descreve como foram os primeiros meses em Belém, morando com a filha e o marido que já residia na cidade desde 2015, "é muito difícil realmente, passei fome, fiquei dias sem dormir, às vezes dormia no chão. Porque como nós tinha só uma cama de solteiro, nós tinha nossa bebê, então nós preferia dar o espaço pra ela dormir, e nós dormia no chão. Nos primeiros três meses foi muito difícil mesmo, agora já melhorou um pouquinho". Ela explica que ter o marido por perto ajudou um pouco e que quem não conhece ninguém na cidade passa por mais necessidades ainda.

A situação financeira das alunas melhora quando passam a receber a Bolsa

Permanência do Ministério da Educação (MEC). O Programa Bolsa Permanência foi lançado em 2013 pelo Governo Federal, e tem como um dos objetivos auxiliar na permanência de estudantes de Institutos Federais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, principalmente alunos indígenas e quilombolas. É concedido auxílio financeiro no valor de R\$900,00 reais para indígenas e quilombolas e R\$400,00 reais para os demais alunos, porém nem todos discentes conseguem ter acesso a bolsa. A partir de 2017 a UFPA passa a ofertar a Bolsa Auxílio Moradia em um edital específico para indígenas, quilombolas e populações tradicionais, são 250 auxílios no valor de R\$400,00 reais mensais.

Embora as jovens e outros discentes quilombolas precisem de mais apoio institucional para garantir a permanência, o grupo étnico obteve algumas conquistas dentro da Universidade. Desde 2013 os estudantes reivindicam melhorias a fim de garantir que todos possam permanecer na instituição até o fim da graduação. A partir da luta dos discentes foram conquistados: O direito da participação dos quilombolas na discussão e construção do PSE; Taxa zero no Restaurante Universitário (RU); Auxílio Emergencial para os estudantes que não conseguem ter acesso ao Auxílio Permanência do MEC; Auxílio Moradia específico para os discentes quilombolas; Mobilidade Acadêmica Afirmativa (MOBAF); Sala para a Associação dos Discentes Quilombolas (ADQ); Criação da Assessoria da Diversidade e Inclusão Social (ADIS) e outros.

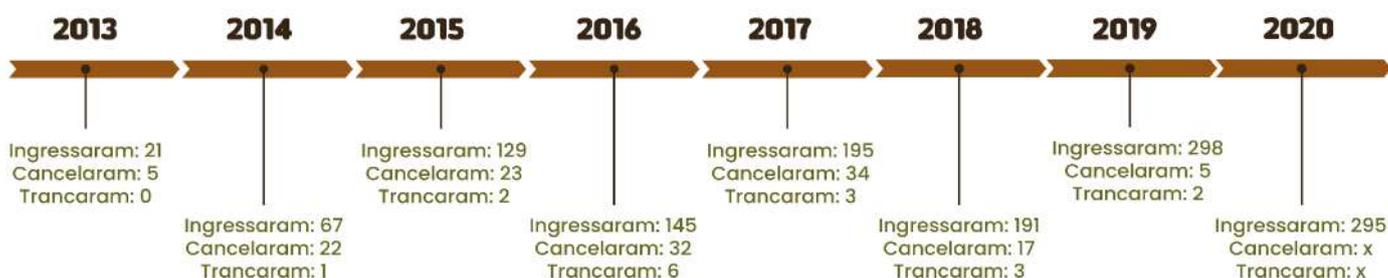
O vice-reitor Gilmar acredita que as ações afirmativas existentes na UFPA são uma grande conquista, e que é dever do Estado reparar a exclusão histórica que estes grupos sofrem "o tanto que a gente já foi discriminado, é uma dívida que o Estado brasileiro tem com as pessoas negras e conseqüentemente a Universidade que é uma parte do Estado tem um papel grande demais". Sobre a ADIS, o professor ressalta

que “A criação dessa Assessoria da Diversidade com a Zélia na coordenação foi muito importante, pra mim particularmente ela tem um sentido emblemático, é uma mulher negra comprometida, tem uma história linda de luta contra o racismo, em momentos bem difíceis”. Sobre a coordenação da Professora Emérita da UFPA, Zélia Amador de Deus, a ADIS possui um papel importantíssimo de apoio aos estudantes quilombolas, indígenas, portadores de deficiência, estrangeiros e tantos outros estudantes que necessitam de um maior suporte da instituição. A assessoria trabalha com ações educativas, recebe denúncias dos discentes, promove eventos de conscientização acerca das opressões e desigualdades e trabalha para que a inclusão avance dentro da Universidade.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016–2025) da UFPA, a Universidade firma compromisso em relação ao acesso e permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade social na graduação.

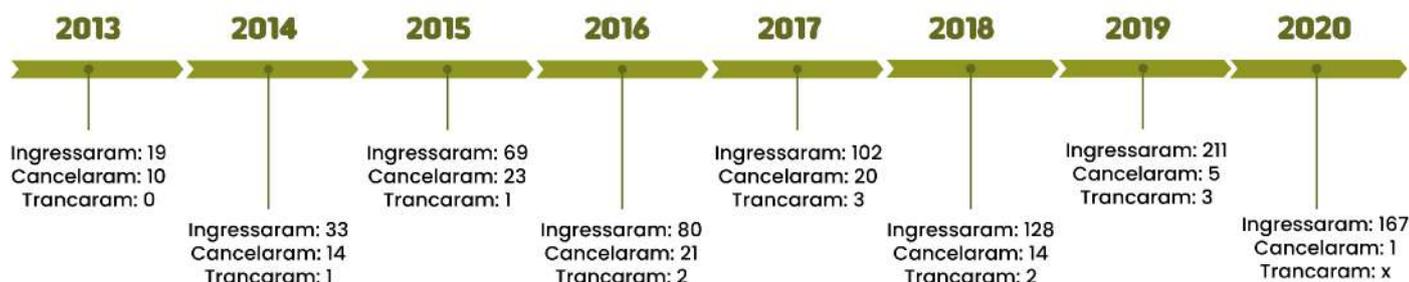
No entanto, dentro do plano não existe nem uma política específica voltada aos discentes quilombolas. Apesar das conquistas, as alunas deste grupo étnico ainda atravessam diversos obstáculos dentro da Universidade que vão além da carência financeira e ameaçam a permanência na tão sonhada graduação, como a dificuldade no desenvolvimento das tarefas acadêmicas, a falta de reconhecimento, a saudade da família e o mais agressivo entre eles, o racismo institucional. Segundo dados fornecidos pela ADIS, entre as 1.341 alunas quilombolas que ingressaram na Universidade por meio do PSE, 138 abandonaram o curso e 17 trancaram as matrículas.

Situação de Mulheres Quilombolas que ingressaram pelo PSE entre 2013–2020



Fonte: Dados fornecidos pela ADIS - UFPA

Situação de Homens Quilombolas que ingressaram pelo PSE entre 2013–2020



Fonte: Dados fornecidos pela ADIS - UFPA

Apesar das desistências frente as dificuldades encontradas na graduação, inúmeros estudantes resistem e alcançam o desejado diploma. Flávia Santos é um exemplo, a advogada tem 28 anos, é natural do quilombo Rio Genipaúba, em Abaetetuba e possui duas graduações, a primeira em Pedagogia e a mais recente em Direito. Flávia entrou no curso de Direito por meio do PSE - Quilombola, em 2015 e passou a estudar no Campus Guamá (Belém).

Recém formada, Flávia relata o que ela e seus colegas quilombolas vivenciaram dentro da Faculdade de Direito, espaço majoritariamente composto por pessoas brancas e de classe média, “a gente estudava em sala de aula com os colegas que tinham toda uma experiência na área, já tinham uma introdução, toda uma prática, inclusive, por conta de seus pais que eram juizes, defensores, promotores, advogados. E a gente chegava com uma base zerada, literalmente do zero, a gente tinha uma certa dificuldade pra acompanhar, e isso nunca foi visto com bons olhos pela maioria dos professores.”

Segundo a advogada, os professores do curso se negavam a reconhecer que existiam alunos quilombolas estudando Direito. Por este motivo, os quilombolas da sua turma tiveram que se unir com alunos indígenas para reivindicar que o Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da UFPA os reconhecesse como estudantes oriundos das cotas específicas e que dessem o devido amparo e atenção a eles.

Flávia relembra ainda um episódio ocorrido dentro da sala de aula, que demonstra como o racismo está tão presente dentro da Universidade, “eu lembro que foi no meu sétimo semestre, depois de três anos e meio no curso, que uma professora perguntou quem eram os alunos quilombolas e eu fui a única que me identifiquei, porque por conta de toda essa pressão os alunos tinham dificuldade de se identificarem como quilombola”. Ela conclui: “O preconceito, não era implícito, ele era bem explícito mesmo, tanto de alguns colegas quanto dos professores”.

Flaviana que está cursando a graduação, também descreve como ela e outras mulheres negras se sentem dentro da Uni-



versidade, “as mulheres negras em geral, ainda estão muito sufocadas aqui na Universidade, porque falam em liberdade, falam em inclusão, mas na verdade isso quase não existe, porque a gente vê de uma certa forma, quando a gente anda por aí o jeito que olham, o jeito que falam com a gente e a gente sente isso. [...] eu acho que deveria ter mais respeito, ainda é muito pouco pro que deveria ser”.

Sobre os casos de racismo que ocorrem dentro da Instituição, o vice-reitor reitera que “nós sabemos que a sociedade brasileira é racista, o racismo é estrutural, então ele tá aqui também. A gente tem duas maneiras de combater o racismo, uma delas é punindo quem comete ato de racismo, aqui dentro a gente tem punido, inclusive, tem casos de afastamento de pessoas. A segunda é a educação, a gente tem o pessoal da ADIS, eles têm trabalhado com ações de formação”. O Professor

Gilmar explica que a Instituição recebe diariamente denúncias de todos os tipos e que o preconceito contra as mulheres negras é maior. Para combater o racismo, a instituição vem utilizando ações educacionais e punindo quem comete o crime.

Assim como em suas comunidades, dentro da Universidade, a união é uma das armas dos estudantes quilombolas. É por meio da Associação dos Discentes Quilombolas (ADQ), criada a partir de discussões em assembleias no ano de 2015 e em janeiro de 2016 batizada com o nome atual, que os estudantes se organizam. Marilda fala da importância da associação para a permanência dos estudantes na UFFPA, “às vezes têm trabalhos acadêmicos que a gente não consegue fazer, tem muitas pessoas que pedem ajuda lá no grupo (grupo de WhatsApp) e eles fazem de tudo pra ajudar. As pessoas quilombolas se unem

pra ajudar um ao outro, pra não deixar ninguém desistir.”

A ADQ possui uma sala com computadores, mesas e cadeiras, onde os discentes estudam, realizam reuniões e também organizam eventos. A sala da associação fica localizada no chamado pavilhão da inclusão, no bloco D, do campus básico, onde também estão as salas das associações dos estudantes indígenas, estrangeiros e de pessoas com deficiência. O vice-reitor aponta a importância da associação e explica que a reitoria está aberta para escutar as demandas dos alunos, “as comunidades têm voz, essa coisa de ter um escritório para eles se prepararem, uma abertura pra falar com o reitor e com o vice-reitor, a hora que tem um problema eles vêm aqui mesmo, e a gente fura a agenda pra tratar”.

Além da associação existem outros espaços em que os discentes reivindicam melhorias para o processo seletivo e debatem sobre suas vivências dentro da Instituição, é o caso do Seminário do Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas, que ocorre anualmente desde 2016 e conta também com a participação de lideranças das comunidades tradicionais. A professora Eliana Teles acredita que o seminário é um importante mecanismo para o aprimorar o processo seletivo especial, “no sentido de escutar as demandas tanto dos estudantes quanto dos futuros candidatos e as lideranças desses territórios quilombolas, isso já é um grande avanço, porque à medida que você para pra escutar o outro, você já tá mostrando que você o respeita”, destaca Eliana.

PROCESSO SELETIVO ESPECIAL PARA INDÍGENAS E QUILOMBOLAS E AS DEMANDAS DAS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE.

Dividido em duas etapas, o PSE vem sofrendo alterações em seus editais desde 2012 com o objetivo de aprimorar o processo e evitar fraudes. De acordo com o edital Nº3/2019 referente ao Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas 2020, a primeira etapa consiste em uma redação e a segunda etapa em uma entrevista onde são direcionadas perguntas referentes ao pertencimento do candidato ao grupo étnico. No dia da entrevista o candidato deve apresentar cópia do histórico escolar do Ensino Médio ou declaração de conclusão do Ensino Médio e o boletim escolar do Ensino Médio. Além disso, para realizar a inscrição o estudante deve apresentar uma declaração emitida e assinada por três membros da diretoria da associação da comunidade a que pertence.

A UFPA é pioneira na região Norte no quesito adesão de cotas, o PSE para indígenas e quilombolas é uma política afirmativa essencial para que esses grupos cheguem à Educação Superior, apesar disso, o processo apresenta falhas desde o acesso à inscrição até a prova, é o que denuncia Flaviana, “tem muita dificuldade ao acesso à informação, por exemplo: Saí o edital, até chegar às comunidades, às pessoas que são quilombolas a inscrição praticamente já tá acabando. O que deveria mudar é esse acesso, porque só chega a quem pode se inscrever de verdade, quando já tá acabando as inscrições”.

Para Flaviana, os critérios de avaliação da redação são injustos e não levam em consideração a carência educacional dos territórios quilombolas, “avaliam muito o jeito que a gente escreve, não que a gente não saiba escrever, não é isso, é porque a nossa educação é um pouco debilitada, a gente não tem conhecimento do

computador em casa, pra mim fazer essas atividades. Como nosso curso exige muito isso, escrita, tinha que escrever mesmo, eu fiquei com muita muita dificuldade com isso”.

Para Marilda a desinformação interna é uma das falhas da instituição, ela explica que existe necessidade em criar uma equipe específica para auxiliar os calouros quilombolas e direcioná-los a projetos e pessoas que possam dar suporte nas tarefas acadêmicas que eles não conseguem desenvolver, “esse negócio de apresentação de seminário, eles não usam muito na nossa comunidade e quando a gente chega aqui não conhece essas coisas. Deveria ter uma equipe pra quando as pessoas entrassem na faculdade, porque as pessoas vão se sentir bem melhor. [...] Já pensou passar um trabalho que tu nunca viu? Aí não tem ninguém pra ajudar, a pessoa logo se sente inferior, acha que não sabe nada, mas pode muito bem aprender se tiver alguém pra ajudar”.

Sobre as demandas apontadas pelas jovens e outras necessidades dos discentes quilombolas, o vice-reitor comenta que não existe nem uma política institucional referente ao reforço estudantil, mas “com relação às disciplinas de cálculo tem um projeto aqui chamado Projeto Newton, que tem feito formação para esses jovens. Não dá conta porque é muita gente, mas tem essa estrutura. Em relação à informática tem alguns laboratórios, inclusive nos próprios escritórios (sala da ADQ) tem computadores e os laboratórios da Universidade, na parte da escrita tem pouca coisa, é uma coisa que pode ser trabalhada”. Além disso, ele reitera que a reitoria da Universidade está aberta ao diálogo, “tem as associações dos quilombolas, a associação dos estudantes indígenas e a gente sempre ouve muito a eles, e tá a disposição pra conversar sempre, para que se houver uma demanda a gente ver como encaminha do ponto de vista econômico e etc.”

UNIVERSIDADE NA PANDEMIA DA COVID-19

Experiência das estudantes no Ensino Remoto Emergencial.

A pandemia da COVID-19 levou 7.119 pessoas à morte no Pará e 194.976 no Brasil, durante o ano de 2020. Além das perdas físicas em massa, o país sofre com o agravamento das mazelas sociais, pessoas em situação de vulnerabilidade social são as mais afetadas pela pandemia. No Pará, a crise teve início no primeiro semestre de 2020, no dia 18 de março foi confirmado o primeiro caso da COVID-19 no estado, o então portador do vírus residia em Belém. Rapidamente, estabelecimentos comerciais, escolas, academias e Universidades fecharam as portas. Municípios e a capital entraram em *lockdown*. A flexibilização do comércio e o fechamento de outros estabelecimentos é de extrema importância para combater o vírus SARS-CoV-2, que é transmitido através de um simples contato entre pessoas, causando fortes febres, dor de cabeça, falta de ar entre outros sintomas.

A Universidade Federal do Pará estava no início do semestre 2020.2 quando a cidade de Belém foi acometida pela doença, a instituição seguiu os decretos estaduais e municipais e suspendeu temporariamente as atividades acadêmicas presenciais. Neste período, Flaviana e Marilda acabavam de entrar respectivamente no terceiro e quarto semestre de suas graduações. Após inúmeras discussões internas o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) aprovou a modalidade de Ensino Remoto Emergencial (ERE) na Universidade, com aulas via internet, e juntamente lançou um edital para inclusão digital que visava alcançar discentes em

vulnerabilidade social. O ERE não foi imposto, coube ao aluno decidir cursar o semestre remotamente ou aguardar para cursar quando fosse ofertado de forma presencial.

No início do *lockdown*, Flaviana e Marilda voltaram para o Médio Itacuruçá, com intuito de ficar perto de suas famílias e consequentemente se sentirem mais seguras. Em setembro as aulas das jovens passaram a ser transmitidas pela internet, por meio de salas de vídeo. Frente às dificuldades de acesso à internet e a falta de dispositivos tecnológicos que pudessem dar suporte nas aulas, Flaviana se inscreveu no Auxílio de Apoio à Inclusão Digital, Marilda não se inscreveu no auxílio. Flaviana foi contemplada na modalidade de chips e pelo auxílio financeiro para compra de notebook, tablet ou outro aparelho que possibilite o acesso à internet.

A jovem explica que mesmo com o apoio institucional encontrou dificuldades e não conseguiu cursar o ERE na comunidade, “porque lá na minha casa é muito grande e costumeiramente chega muita gente, toda hora, então dessa forma não teria como fazer por lá. A energia de vez em quando vai embora, teve muitos momentos que a energia foi embora na hora que ia começar minha aula, então eu perdia aula por conta da energia. Sem falar que às vezes a internet cai, cai a rede e a gente tinha que esperar voltar e às vezes não voltava”. Por esse e outros motivos, Flaviana voltou a Belém para cursar o terceiro semestre no ERE, Marilda retornou ao bairro do Curuçambá, em Ananindeua, um pouco antes das aulas em ensino remoto iniciarem e cursou o semestre na cidade.

A filha de Marilda havia completado seis meses de vida quando as aulas em formato remoto passaram a ser lecionadas, para ela o ERE foi uma boa opção, já que a jovem precisava estar em casa cuidando da criança, “se não fosse pelo ensino remoto eu teria que estar indo pra

faculdade e eu não ia querer expor a minha filha que tá muito pequenininha, eu já ia perder o semestre, então pra mim tá sendo muito bom”. As duas estudantes concordam com a oferta do semestre em formato remoto e tiveram um bom aproveitamento no semestre 2020.2 da faculdade.

Apesar disso, Flaviana explica que algumas pessoas foram prejudicadas e não conseguiram cursar o semestre ofertado “eu achei uma boa saída pra alguns, tem aquele outro lado da moeda, porque têm pessoas que não conseguiram o auxílio inclusão digital, têm aqueles que não têm uma boa internet, como muitos que não têm onde ficar na cidade”. Alguns estudantes quilombolas precisaram voltar pra capital em meio a pandemia para conseguir cursar o ensino remoto, já que em diversas comunidades quilombolas, que estão localizadas nas áreas rurais (ilhas e ramais) não há acesso à internet de qualidade ou não há nem um acesso à internet.

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”

Estas mulheres enfrentam diariamente inúmeros desafios em busca de um direito básico, que por lei deve ser acessível à população em geral, mas as dificuldades não acabam com a conclusão do Ensino Superior, depois da etapa, elas enfrentam o racismo no mercado de trabalho. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), no segundo trimestre de 2020, 44% das mulheres negras brasileiras estavam no mercado de trabalho informal, no estado do Pará, 59% das mulheres negras não possuíam carteira assinada e direitos trabalhistas.

Flávia Santos que se graduou em

que é um texto em prosa, não tem conhecimento do que é um texto descritivo. A gente imagina, mas a gente nunca viu, não teve o contato, não teve alguém pra nos ensinar. Quando a gente vai ser avaliado por uma coisa que a gente não conhece fica mais complicado da gente passar”.

A professora Eliana compõe o PSE entrevistando os candidatos, ela reforça que as etapas do processo possuem falhas e devem ser revistas. Na redação muitos candidatos não conseguem se expressar por conta da carência no Ensino Fundamental e Médio cursados em área rural, “tenho acompanhado de perto, a maioria desses candidatos não conseguem porque não tem a oportunidade de fazer esse cursinho preparatório, de estudar nas escolas urbanas para poder fazer a redação com uma margem de segurança maior”, ressalta a docente.

Na etapa das entrevistas, as perguntas realizadas não alcançam a realidade específica de cada região a que esses candidatos pertencem, “no Baixo Tocantins tem uma realidade, no Xingu, Altamira, Marajó idem. Cada um desses lócus tem sua especificidade, a pessoa vive de acordo com aquele ambiente, a educação que ela desenvolve também espelha essa vivência naquele ambiente, o problema é que quando a UFPA realiza essas entrevistas e essa redação é de uma única maneira para todos, não tem uma especificidade por região”. Para Eliane o questionário e a redação devem ser repensados para que os candidatos possam se sentir mais à vontade na entrevista e não serem eliminados na etapa da redação. Os discentes quilombolas e indígenas da Instituição vêm discutindo essas questões no intuito de aperfeiçoar o processo.

Sobre o PSE para indígenas e quilombolas, o professor Gilmar explana que “a gente tem feito um esforço e tem tido muito cuidado, porque também nesse processo tem oportunismo, tem gente que não é qui-

lombola e que se propõe. Então, o nosso processo de seleção é sempre acompanhado pela Assessoria de Diversidade (ADIS), professores do local, muitas vezes as representações quilombolas são ouvidas neste processo, tem a declaração da comunidade. Agora provavelmente vai ter a heteroidentificação, para saber se o camarada que se diz quilombola, se ele é mesmo.” O gestor relata que a Instituição recebe muitas reclamações, denúncias do Ministério Público acerca de fraudes e que por essa e outras questões todos os anos o processo passa por mudanças.

Para além das demandas a respeito do PSE, as alunas acreditam que a Instituição deve reexaminar outras questões internas para que os alunos quilombolas possam se desenvolver com menos problemas na graduação. Flaviana menciona que é importante criar projetos de reforço acadêmico específicos para os quilombolas, em áreas essenciais como a escrita, uma vez que, os alunos sentem dificuldades em corresponder às exigências dos cursos, “se a universidade se juntasse de uma certa forma com os projetos que os institutos têm, seria muito mais fácil de uma pessoa entrar e conhecer, de logo chegar e ‘olha aqui tem um projeto que você pode entrar pra você aprender a escrever, aprender a falar, a apresentar’. Os alunos estando envolvidos em projetos, mesmo sem bolsas, eles vão conseguir se desenvolver melhor”, realça Flaviana.

A aluna sentiu dificuldades em relação à escrita, uma das principais exigências da Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagem. Ela conta que encontrou apoio em um projeto ligado ao curso e a partir daí conseguiu desenvolver melhor a escrita, mas antes “logo de cara os professores impõem uma coisa pra nós, muitas pessoas já tinham conhecimento e muitos não, como eu, então eu fui pra internet pesquisar, e sendo que eu passava o dia todo aqui (UFPA), porque eu não tinha o

Direito no primeiro semestre de 2020, explica como o mercado de trabalho jurídico recebe mulheres negras e quilombolas, “dentro da área que hoje eu pretendo atuar, a área jurídica, é um tanto quanto delicado falar em visão de trabalho nesse mercado, uma visão muito inconstante, muito instável, mas claramente para pessoas negras e quilombolas é um pouco mais delicado, as pessoas não são muito receptivas quando um advogado ou uma advogada negra se identifica ainda como quilombola, a gente recebe um olhar de incapacidade”.

A advogada que almeja montar um escritório próprio em Abaetetuba e trabalhar com causas relacionadas à população quilombola, ainda conta que alguns profissionais da sua área não aceitam que uma mulher negra quilombola seja formada em direito, “quando a gente fala que formou na federal, as pessoas dão um pulo maior ainda e quando a gente fala que passou na OAB, ainda estudando no nono semestre o pulo é gigante, então, as pessoas nos olham e veem como incapazes e ao conversar, ao perguntar, se surpreendem e isso é absurdo, além de ser extremamente frus-

trante e indignante. Eu não silêncio perante esses posicionamentos, mas eu sei que infelizmente muitos dos nossos ainda silênciam”, expõe Flávia.

O percurso de Flaviana e Marilda é de luta, assim como o de Flávia, mas também de muitas conquistas e esperanças para o futuro. Entre racismo, dificuldades em acompanhar as aulas e falta de adaptação, as estudantes seguem resistindo junto aos quilombolas na Universidade, caminhando em busca do sonhado diploma de graduação e de melhorias para o grupo étnico.

Há três anos atrás, antes de se inscreverem para fazer a prova do PSE - Quilombola, as jovens assinaram um termo junto à Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), onde se comprometeram a serem dedicadas às graduações e honrar o quilombo a qual pertencem, retornando depois de formadas, criando projetos e utilizando os conhecimentos adquiridos em prol da comunidade. A assinatura do termo é uma norma adotada pela ARQUIA, todas as pessoas dos quilombos das ilhas que desejam se inscrever no PSE - Quilombola



Flavia Santos durante outorga de grau do curso de Pedagogia - (Acervo pessoal)

devem passar por este processo. Para Flaviana, se comprometer com seu povo e com a graduação é necessário.

Desde a escolha do curso até as metas para o futuro, o quilombo Médio Itacuruçá nunca saí de vista. Marilda conta que depois de formada em Administração quer abrir um negócio no quilombo, “quero voltar pra lá e fazer uma coisa que vai beneficiar a comunidade. Falta muita coisa lá, tipo lojas. Às vezes eles querem alguma coisa e tem que ir na cidade”. Além de criar um empreendimento que proporcione oportunidades de emprego para comunidade, a estudante busca autonomia financeira e empresarial, “eu quero ter meu negócio próprio, eu não quero trabalhar pra ninguém, eu quero ter meu negócio próprio, porque eu nunca fui de querer ficar obedecendo ordens”.

Depois de cursar a graduação e se estabilizar no campo profissional, a jovem quer construir uma vida de conforto e tranquilidade para filha e para os pais, “pretendo fazer muitas coisas, porque eu tenho aquele espírito, como meu esposo fala, de investir, de empreendedorismo, eu pretendo investir porque eu quero dar o melhor pra minha filha, pra minha família também, pra minha mãe, pro meu pai. Com tudo isso, eu vou conseguir ter recursos pra mim dar uma vida estável pra minha mãe, pro meu pai, pra eles não precisarem ter que tá trabalhando, só descansar, porque eles já trabalharam tanto pela gente”.

Quando fez a prova do PSE - Quilombola para concorrer a vaga no curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagem, Flaviana tinha em mente a carência na educação quilombola presente no Médio Itacuruçá. Ela pretende usar os conhecimentos adquiridos na academia para beneficiar a população do quilombo “eu penso em terminar meus estudos, fazer mestrado e doutorado, fazer especialização, fazer muita coisa, porque eu quero mudar a situação de lá, mudar o meio de sobrevivência, dar oportunidade

pra outras criança, outras pessoas, esse é meu objetivo”. O curso de Flaviana forma alunos para serem professores da alfabetização, por isso ela quer voltar ao quilombo e lecionar para as crianças.

Pouco a pouco, com base na luta e resistência os quilombolas conquistam direitos, mesmo frente aos retrocessos do atual Governo brasileiro, seguem firmes e buscam proteção e melhorias para os territórios. Desde 2013, 99 quilombolas que ingressaram na UFPA por meio do Processo Seletivo Especial se formaram e alçaram o sonho de obter o Ensino Superior completo. As mulheres quilombolas, além de representarem a maior parcela de ingressantes pelo processo, também são maioria entre os que concluíram a graduação, 76 delas se formaram na UFPA.

Flaviana, Marilda, Flávia e muitas outras mulheres negras quilombolas amazônicas, que lutam diariamente por educação, seja básica ou superior, são um exemplo do que a filósofa e ativista norte-americana Angela Davis citou em seu discurso durante um evento na Universidade Federal da Bahia (UFBA): “Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se isso, muda-se a base do capitalismo.”